



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 18, 11, 97
cod. KYD 00117

MEMO. Nº 069 /PRESI

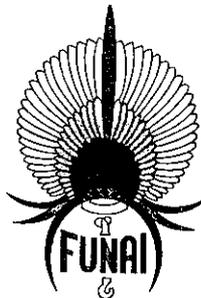
Brasília, 20 de novembro de 1995

Cesar,

Sobre as demandas que nos foram trazidas pelos "Kaiapó do Pará", temos que distinguir o que é emergencial, para atendimento imediato, do que deve ser programado para 96 e para o futuro. Quero destacar algumas das questões:

1. Bens de consumo básico para as aldeias, a exemplo do que já se estimou para os PVs, são para atendimento imediato. Devem ser incluídas aí as demandas de alimentos e, medicamentos e outros materiais de manutenção de hospital (ver com Dra. Talita), sementes e equipamentos para plantio, conserto de veículos - incluído o do Kagnonc - e, se possível, aquisição de barcos e motores, tendo-se em conta o período das chuvas, e definindo-se uma cota de combustível que a FUNAI possa aportar para a manutenção de geradores. Há que se priorizar a solução dos débitos referentes à Jaguar e, então, definir-se também uma cota de fretes aéreos. Tudo o que tiver que se comprar em volume significativo, deve passar por consulta de preços que deverá considerar as praças de Marabá, Altamira, Araguaína ou até Belém ou Brasília, tendo-se em conta as dificuldades imediatas na praça de Redenção e a existência de unidades da FUNAI nas outras localidades citadas.

2. Há duas solicitações do Kagnonc referentes a atividades produtivas: arame e mão-de-obra para feitura de cercas para pasto, e máquina de beneficiamento de arroz. Quanto à criação de gado (há demandas do mesmo tipo no Kikretun e Ko kraimoro - parece que também no Kubenkrankren), gostaria de dispor de um projeto mais claro. A primeira vista, me parece inviável, a curto prazo, a pecuária como geração de venda. Se fizer sentido para a subsistência das aldeias e para o aprendizado das técnicas de criação e aproveitamento do gado, tudo bem. Seria necessária, então, um projeto com cronograma de implantação progressiva, metas anuais definidas e apoio técnico que inclua formação de



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

(fls.02 do Memo. nº 069 /PRESI, de 20/11/95)

monitores Kaiapó. Podemos tentar viabilizar uma primeira etapa de imediato, considerando que o período de chuvas facilita a implantação de cercas e pode favorecer a aquisição de algum gado disponível em regiões inundáveis (Araguaia?). Gostaria de saber qual a compatibilidade desta atividade com a cultura Kaiapó. E, ainda, que animais eles criam? Qual é a condição do pasto e da água que o gado bebe? Os Kaiapó aproveitam ou pretendem aproveitar o leite? Qual é a demanda de consumo de carne no Gorotire e em outras aldeias? Quais as parcerias regionais disponíveis? Sebrae? Secretaria da Agricultura? Há grupos Kaiapó definidos que pretendem se dedicar a isto? - Quanto à questão do arroz, parece haver boa área cultivada e colheita prevista para abril ou maio. Portanto, a máquina de arroz é para essa época, que será estratégica para o desenvolvimento de atividade produtiva no Gorotire. Há, porém, que se saber se a produção prevista justifica o investimento e se não fica mais fácil beneficiar fora. Qual é o objetivo: gerar renda ou abastecer aldeia(s)? Desde quando os Kaiapó plantam arroz? Arroz integral é culturalmente viável na dieta dos Gorotire? Quem trabalharia no beneficiamento de arroz? E a demanda de energia? Gostaria também, de ter maiores informações sobre os hábitos alimentares dos Kaiapó (inclusive os adquiridos) para efeito de verificarmos se é o caso de apostar algo mais às suas condições de subsistência. Psicultura interessa, tendo-se em conta a contaminação do Rio Fresco? Plantio de pomares, castanhais? Viuciros de mudas ou de animais nas aldeias?

3. Kagnonc me informou que as casas construídas pela madeireira Seba no Gorotire estão caindo. Gostaria de verificar a viabilidade de substituí-las, a médio prazo, por boas construções de madeira. Poderíamos verificar a possibilidade do arquiteto Zanini, do Rio de Janeiro, elaborar um projeto básico após conversar com os Gorotire. Ver com o Dr. Wagner, Prefeito de Redenção, como contatar o Zanini e convidá-lo a visitar o Gorotire e conversar com os índios. Também me interessa saber sobre a possibilidade de aproveitamento da madeira objeto de leilão judicial para este fim e para outros como construção de pontes, pinguelas, móveis rústicos, ancoradouros para barcos, depósitos de mantimentos, etc..., na hipótese da FUNAI arrematar um ou mais lotes no próximo dia 6/12.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

(fls.03 do Memo 069/PRESI, de 20/11/95)

4. É de fundamental importância viabilizar a presença do Vessani no Santídio e a discussão com Pariteri e outros sobre as condições de implantação da primeira etapa do projeto, retirada de aventureiros brancos, etc... Preciso saber logo sobre o período possível para o início do projeto, para ver a melhor maneira de prevenir e assegurar os recursos necessários. Seria importante sabermos também quais são as outras localidades em que há demanda de garimpo indígena.

5. A questão da energia, especialmente no Gorotire, também terá que ser atacada assim que possível. Parece-me insustentável o custo dos geradores e quero programar e orçar a introdução de energia solar e de outras alternativas.

6. O projeto de aproveitamento de água mineral do Kikretum também me interessa. O que há escrito sobre o assunto? Aliás, sobre água, gostaria de saber da qualidade da água que está sendo usada para beber e comer entre os Kaiapó, inclusive nos PVs. Parte dos problemas de saúde podem estar baseados aí.

7. Há necessidade de reunirmos informações sobre as estradas que dão acesso à Terra Kaiapó e as que existem dentro da área. Até onde se pode chegar de tolota a partir do Gorotire? Pode-se atingir alguma outra aldeia? Regiões de garimpo? Região do Rio Vermelho? Há pontes? Pode-se, por estrada, acessar alguns dos PVs? Na mesma linha, o projeto do Santídio demandará acesso terrestre? Haverá rejeitos de material geológico que possam ser utilizados na conservação de estradas? Qual é a demanda de conservação de estradas, erosão, pontes? As prefeituras de Redenção e de Cumarú do Norte têm equipamentos de manutenção de estradas?.

8. Ainda sobre transportes, gostaria de saber sobre as condições de navegação dentro da área, abrangendo os rios Xingú, Fresco, Riozinho, Vermelho e outros que sejam relevantes para atividades dos Kaiapó, com a localização e a extensão das cachoeira e corredeiras existentes. Interessa-nos saber sobre o trânsito de pessoas indígenas e de seus produtos. Porque o óleo de castanha do Aukre e do Pukam não pode ser escoado por via fluvial? Quanto tempo é necessário para acessar as aldeias Kaiapó, a partir de São Felix, por via fluvial? Quantos barcos estão sendo atualmente operados pelos Kaiapó do leste? Em que condições? Quem fabrica e quem conserta barcos na região? É viável articular

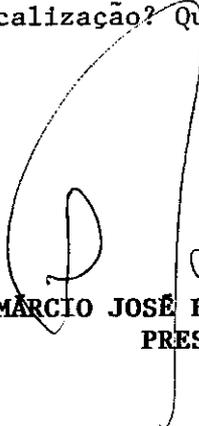


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

(fls.04 do MEMO. Nº 069 /PRESI, de 20/11/95)

algum tipo de apoio para ou através de navegação, a partir de Altamira, que interesse aos Kaiapô?

9. Sobre fiscalização, é preciso incorporar imediatamente as demandas dos próprios Kaiapô, não nos limitando ao cumprimento de ordem judicial. Precisamos de um modelo permanente, que possa ser implementado por funcionários a serem lotados na região, coordenados por Brasília. Talvez seja o caso de criarmos um núcleo de apoio em Tucumã, que pudesse atender também às áreas Apyterewa, Cate-tê e Bacajã. E a questão da margem oeste? Que informações temos sobre a estrada que avança dentro da área Menkragnoti a partir de Cuiabá-Santarém? Qual é a demanda de infraestrutura, comunicação, veículos, barcos, horas de voo para manter um esquema eficaz de fiscalização? Qual é o papel dos PVs e dos Kaiapô neste processo?


MÁRCIO JOSÉ BRANDO SANTILLI
PRESIDENTE